

# Relatório de Atividades

3º Trimestre

2022



**TCE-SP**  
Tribunal de Contas  
do Estado de São Paulo

# Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - Exercício de 2019



## **Presidência**

Conselheiro Antonio Roque Citadini

## **Vice-Presidência**

Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues

## **Corregedoria**

Conselheira Cristiana de Castro Moraes

## **Conselheiros**

Antonio Roque Citadini

Edgard Camargo Rodrigues

Renato Martins Costa

Robson Marinho

Substituído, *no trimestre*, pelos Auditores:

ANTONIO CARLOS DOS SANTOS (de 06/05/2019 a 03/08/2019)

ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS (a partir de 05/08/2019)

Cristiana de Castro Moraes

Dimas Eduardo Ramalho

Sidney Estanislau Beraldo

## **Corpo de Auditores:**

Auditor Samy Wurman - Coordenador

## **Auditores:**

Alexandre Manir Figueiredo Sarquis

Antonio Carlos dos Santos

Josué Romero

Márcio Martins de Camargo

Samy Wurman

Silvia Monteiro

Valdenir Antonio Polizeli

## **Ministério Público junto ao Tribunal - MPC**

Procurador Thiago Pinheiro Lima - Procurador Geral

## **Procuradores:**

Celso Augusto Matuck Feres Junior

Elida Graziane Pinto

João Paulo Giordano Fontes

José Mendes Neto

Leticia Formoso Delsin Matuck Feres

Rafael Antonio Baldo

Rafael Neubern Demarchi Costa

Renata Constante Cestari

Thiago Pinheiro Lima

## **Secretaria-Diretoria Geral - SDG**

Sérgio Ciquera Rossi

## **Departamento Geral de Administração - DGA**

Carlos Eduardo Correa Malek

## **Departamento de Tecnologia da Informação - DTI**

Fábio Correa Xavier



## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	4
SUMÁRIO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS – Anexo ao Relatório do 3º Trimestre .....	11
1. MEMBROS DA DIREÇÃO: Presidente, Vice-Presidente e Corregedor .....	11
2. AUDITORES DO TRIBUNAL DE CONTAS .....	11
3. DADOS CONSOLIDADOS DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS: .....	12
3.1 FÍSICOS: .....	12
3.2 ELETRÔNICOS:.....	13
4. DADOS CONSOLIDADOS DOS JULGAMENTOS .....	14
4.1 PELO TRIBUNAL PLENO.....	14
4.2 PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS.....	14
4.3 PELOS CONSELHEIROS EM DECISÕES SINGULARES .....	14
4.4 PELO CORPO DE AUDITORES .....	14
5. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL.....	14
5.1. SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG.....	14
5.1.1. Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4). .....	15
5.1.2. Departamentos de Supervisão e Fiscalização - DSF's I e II.....	15
5.1.2.1. Núcleo de Acompanhamento de Execução Contratual – NAEC.....	15
5.1.3. Assessoria Técnico Jurídica – ATJ.....	16
5.1.4. Divisão de Auditoria Eletrônica – AUDESP .....	16
5.2. DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO.....	16
5.2.1. Diretoria de Contabilidade e Finanças.....	17
5.2.1.1. Planejamento e Orçamento.....	17
5.3. DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO .....	24
5.4. GTP – GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA.....	24
5.5. CENTRO DE GESTÃO DO E-TCESP .....	26
5.6. OUVIDORIA.....	28
5.7. COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL .....	28
5.8. REVISTA DO TCE .....	29
5.9. ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO .....	30
5.10. CERIMONIAL .....	30
6. COMUNICADOS EXPEDIDOS .....	30



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Auditores) .....	12
Tabela 2 - Distribuição de Processos Eletrônicos (Conselheiros e Auditores).....	13
Tabela 3 - Processos Apreciados - DSFs .....	15
Tabela 4 - Expediente SAO nº 02001/2019-7-0003 .....	18
Tabela 5 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2019 – Despesas Correntes.....	20
Tabela 6 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2019 – Despesas de Capital .....	20
Tabela 7 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2019 - Despesas Correntes.....	21
Tabela 8 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2019 - Despesas de Capital .....	21
Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2019 – Empenhado – Despesas Correntes.....	22
Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2019 – Empenhado – Despesas de Capital .....	22
Tabela 11 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2019 – Realizado – Despesas Correntes .....	23
Tabela 12 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2019 – Realizado – Despesas de Capital.....	23
Tabela 13 - Atividades da EPCP - 3º Trimestre .....	26
Tabela 14 – Atividades do Centro de Gestão do e-TCESP no trimestre.....	26
Tabela 15 - Cursos, Palestras e Apresentações com participação do e-TCESP .....	27
Tabela 16 – Comunicados expedidos pelo GP .....	30
Tabela 17 – Comunicados expedidos pela SDG.....	32



## APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 33, § 3º, da Constituição Estadual, c.c. o artigo 3º, inciso IX da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993 e artigo 27, inciso XXXV do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, publicado no Diário Oficial do Estado de 15 de dezembro de 2010, o presente RELATÓRIO condensa as principais atividades desenvolvidas no âmbito desta Corte de Contas, no decurso do **terceiro trimestre** do exercício de 2019.

No Relatório estão abrangidas as atividades relacionadas com a ação da Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária e Patrimonial do Estado e seus Municípios, exceto o da Capital, bem como, os aspectos estruturais e administrativos de ordem interna do TCESP.

Dentre as atividades desenvolvidas no 3º trimestre deste ano, destacam-se:

### ➤ **O Observatório Fiscal**

O Observatório Fiscal é uma ferramenta que o Tribunal desenvolveu, por seu Departamento Técnico de Informática, e o Presidente fez o seu lançamento no dia 20 de setembro. Visa apresentar à sociedade e jurisdicionados, de forma fácil e com linguagem clara, informações fiscais da gestão orçamentária do Estado, e dos 644 Municípios jurisdicionados.

Com atualização periódica, são apresentados números da Execução Orçamentária, detalhando as Receitas, as Despesas e os gastos específicos das áreas de Saúde e Educação, bem como os recursos aplicados em Despesas com Pessoal. Há possibilidade de se detalhar as origens de receita – impostos, taxas e contribuições de melhoria, transferências correntes, contribuições, receita patrimonial e outras receitas – obtendo-se, ainda, relação dos programas e projetos governamentais com a destinação de recursos por segmento e área.

Para a área da Saúde, o 'Observatório Fiscal' explicita os gastos do setor em assistência hospitalar e ambulatorial; produção e distribuição de medicamentos/vacinas; suporte profilático e terapêutico; custos na Administração Geral; formação de recursos humanos e atenção básica.

Já com relação à Educação, os principais dispêndios são detalhados nos segmentos: Educação Básica, Transferências, Ensino Superior, Administração Geral e Ensino Profissional. Além destes itens, o interessado terá acesso às despesas de pessoal – somatório dos gastos com ativos, inativos e pensionistas.

Além dos recortes em relação ao Governo Estadual, o painel conta com dados sobre os 644 municípios fiscalizados pela Corte de Contas paulista, apresentando informações sobre a quantidade e o valor total dos contratos firmados; quantidade de



alertas emitidos em função da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF); pareceres relacionados às prestações de contas municipais e o resultado obtido no Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M).

Há também um Mapa das Receitas, que exibe a origem das receitas municipais, e qual o percentual gerado no próprio município.

### ➤ **A 23ª edição do Ciclo de Debates com Agentes Políticos e Dirigentes Municipais**

No trimestre teve continuidade a realização do Ciclo de Debates, que é uma atividade permanente deste Tribunal e que neste ano de 2019 está em sua 23ª edição.

Conforme exposto nos relatórios anteriores, tal edição teve início em 11 de fevereiro, com sua abertura feita pelo Presidente, na Capital, no Grande Auditório do Centro de Convenções Rebouças.

O Ciclo de Debates consiste na realização de reuniões com os Agentes Políticos e Dirigentes Municipais, com Palestras e exposições sobre temas afetos às competências e atribuições do Tribunal.

Aproveitando-se da estrutura descentralizada do Tribunal, que mantém 20 Unidades Regionais, torna-se possível a realização do Ciclo em cidades do interior, facilitando a participação dos Agentes Políticos e Dirigentes Municipais, otimizando os recursos.

A seguir, tem-se as datas, locais e municípios abrangidos em cada reunião do trimestre, registrando-se que o Presidente do Tribunal a todas compareceu, tendo-se reunido com os Prefeitos presentes, em momento anterior ao do início dos trabalhos, atendendo a dúvidas apresentadas e discutindo assuntos de interesse para o relacionamento com o Tribunal.



<b>Data</b>	<b>Unidade Regional</b>	<b>Local</b>	<b>Municípios Abrangidos</b>
01/08/19	Fernandópolis	<b>Centro Cultural Merciol Viscardi (Teatro Municipal)</b>	Álvares Florence, Américo de Campos, Aparecida d'Oeste, Aspásia, Cardoso, Dirce Reis, Dolcinópolis, Estrela d'Oeste, Fernandópolis, Guarani d'Oeste, Indiaporã, Jales, Macedônia, Marinópolis, Meridiano, Mesópolis, Mira Estrela, Nova Canaã Paulista, Ouroeste, Palmeira d'Oeste, Paranapuã, Parisi, Pedranópolis, Pontalinda, Pontes Gestal, Populina, Riolândia, Rubineia, Santa Albertina, Santa Clara do d'Oeste, Santa Fé do Sul, Santa Rita d'Oeste, Santa Salete, Santana da Ponte Pensa, São Francisco, São João das Duas Pontes, São João de Iracema, Três Fronteiras, Turmalina, Urânia, Valentim Gentil, Vitória Brasil e Votuporanga.
02/08/19	São José do Rio Preto	<b>UNIP Auditório</b>	Adolfo, Altair, Bady Bassitt, Bálsamo, Barretos, Cajobi, Catanduva, Catiguá, Cedral, Colômbia, Cosmorama, Elisiário, Embauba, Guapiaçu, Guaraci, Ibirá, Icem, Ipiguá, Irapuã, Jaci, José Bonifácio, Macaubal, Marapoama, Mendonça, Mirassol, Mirassolândia, Monte Aprazível, Neves Paulista, Nipoã, Nova Aliança, Nova Granada, Novais, Olímpia, Onda Verde, Orindiuva, Palestina, Paulo de Faria, Poloni, Potirendaba, Sales, São José do Rio Preto, Sebastianópolis do Sul, Severínia, Tabapuã, Tanabi, Ubarana, Uchoa, União Paulista e Urupês.
29/08/19	Registro	<b>Teatro Wilma Bertelli SESC Registro</b>	Barra do Turvo, Cajati, Cananéia, Eldorado, Iguape, Ilha Comprida, Iporanga, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Miracatu, Pariquera-Açu, Pedro de Toledo, Registro e Sete Barras.



30/08/19	Santos	<b>Teatro Municipal Brás Cubas</b>	Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santos e São Vicente.
12/09/19	Marília	<b>UNIMAR Anfiteatro da Reitoria</b>	Álvaro de Carvalho, Alvinlândia, Assis, Bernardino de Campos, Borá, Cafelândia, Campos Novos Paulista, Cândido Mota, Canitar, Chavantes, Echaporã, Fernão, Florínea, Gália, Garça, Getulina, Guaimbê, Guarantã, Ibirarema, Ipaussu, Júlio Mesquita, Lupércio, Lutécia, Marília, Ocaçu, Oriente, Oscar Bressane, Ourinhos, Palmital, Paraguaçu Paulista, Platina, Pompéia, Pongaí, Quintana, Ribeirão do Sul, Salto Grande, Santa Cruz do Rio Pardo, São Pedro do Turvo, Tarumã, Uru e Vera Cruz.
13/09/19	Bauru	<b>Teatro Universitário FOB USP</b>	Águas de Santa Bárbara, Agudos, Arandu, Arealva, Areiópolis, Avaí, Avaré, Balbinos, Bariri, Barra Bonita, Bauru, Boracéia, Borebi, Botucatu, Brotas, Cabrália Paulista, Cerqueira César, Dois Córregos, Duartina, Espírito Santo do Turvo, Iacanga, Iaras, Igarapu do Tietê, Itaju, Itapuí, Jaú, Lençóis Paulista, Lucianópolis, Macatuba, Manduri, Mineiros do Tietê, Óleo, Paulistânia, Pederneiras, Pirajuí, Piratininga, Pratânia, Presidente Alves, Reginópolis, São Manuel, Torrinha e Ubirajara.

➤ **A realização de Fiscalizações Ordenadas:**  
(<http://www.tce.sp.gov.br/ordenadas>)

A fiscalização ordenada, como explanado em relatórios anteriores, consiste em uma inspeção que faz o Tribunal, sem prévio aviso aos jurisdicionados em determinada área de atividade da administração estadual e municipal.

Ao final é produzido um relatório gerencial individualizado, com informações de interesse para o Conselheiro, relator do processo anual do órgão fiscalizado, e **outro, consolidado**, com dados de interesse público, segmentados e regionalizados, que fica disponibilizado no site do Tribunal – [www.tce.sp.gov.br/ordenadas](http://www.tce.sp.gov.br/ordenadas).





No terceiro trimestre de 2019, foram realizadas duas fiscalizações desse tipo:

- 6ª – 27/08 – Medicamentos.
- 7ª – 26/09 – Transporte Escolar.

**a) 6ª Fiscalização Ordenada – no dia 27 de agosto – Medicamentos.**

No âmbito desta fiscalização, os servidores do TCE visitaram uma amostra de 221 municípios paulistas, durante um total de seis horas. Os resultados obtidos apontaram que 49% das farmácias de hospitais e UBS's, que estocam e distribuem medicamentos para a população, funcionam sem alvará emitido pela Vigilância Sanitária. Tal documentação, de responsabilidade do município e solicitada por meio dos diretores do órgão/prefeitura, atesta a integridade do local para a estocagem e distribuição de medicamentos e visa proteger a saúde da população.

Durante a inspeção, o TCE ainda encontrou outras situações preocupantes: do total de locais visitados, um percentual de 84% não possuía Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros dentro do prazo de validade. Em 10% das entidades que receberam a visita dos 303 agentes de fiscalização da Corte, não havia controle na identificação de pacientes que retiravam medicamentos.

Em 26% dos estabelecimentos não foi constatada a presença do responsável técnico, e mais da metade dos locais, 64%, não possuía escala de funcionários capacitados para atuar na ausência do responsável superior. Em 27% do montante fiscalizado, os farmacêuticos não estavam inscritos no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

Em 69% dos municípios não existia área física e instalações para recebimento e conferência dos medicamentos separada da área de armazenamento. Das unidades fiscalizadas, 27,52%, não apresentaram Relação Municipal de Medicamentos (REMUME), em desconformidade ao que recomenda a Política Nacional de Medicamentos do Ministério da Saúde.

Quase metade dos locais – um percentual de 46% – também não dispunha de atendimento preferencial voltado para idosos, gestantes, lactantes ou portadores de necessidades especiais. Já em 27% dos estabelecimentos também não havia área para dispensa de medicamentos, os quais, em alguns casos, ficavam dispostos nos mesmos locais de armazenamento, ou em locais inadequados.

No caso de medicamentos sujeitos ao controle especial ou de uso controlado, em quase 13% das situações não foi detectada a retenção de receitas/prescrições médicas, o que vai de encontro com o previsto na Portaria nº 344/98 e na Resolução RDC nº 20/2011 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.



Os agentes da Corte paulista constataram, ainda, que, em 13% das entidades fiscalizadas, havia medicamentos fora do prazo de validade, ao passo que 53% das unidades tinham, em estoque, remédios próximos à data limite de consumo.

Em 56% dos casos foram constatadas divergências na contagem física dos medicamentos em comparação com registros do controle de estoque, o que demonstra ineficiência quanto à correta administração do estoque de remédios.

**b) 7ª Fiscalização Ordenada – no dia 26 de setembro – Transporte Escolar.**

A sétima fiscalização ordenada – segunda realizada no trimestre - visitou, simultaneamente, 218 cidades do Estado para verificar as condições do transporte escolar oferecido aos alunos de 269 escolas municipais.

Os dados obtidos pelas equipes de fiscalização foram comparados com os resultados obtidos há 6 (seis) meses, em ação idêntica ocorrida em março, quando os mesmos locais foram vistoriados por cerca de 300 Agentes da Fiscalização.

O novo relatório de auditoria indicou que 11,73% dos veículos inspecionados não possuíam cintos de segurança em boas condições de uso e em número igual à lotação. Embora a situação permaneça preocupante, o número apresenta sensível melhora em relação à fiscalização realizada anteriormente, quando a taxa chegou a 16,30%.

Os resultados ainda apontaram que houve um aumento da quantidade de *Monitor de Transporte Escolar*, profissional importante para a orientação dos alunos. No primeiro semestre, a porcentagem era de 77,19%, ao passo que, nesta ação, o número registrado foi de 81,46%. Com mais acompanhamento profissional, a incidência de estudantes circulando sem cinto de segurança também diminuiu, passou de 48,03%, em março, para 40,03%, em setembro.

Os agentes que vistoriaram 'in loco' as condições do transporte escolar também verificaram que 12,04% da frota não estava corretamente equipada com extintor de incêndio com carga de pó químico seco ou de gás carbônico. Em março, o TCESP havia constatado que 20,24% dos veículos não contavam com o equipamento de segurança. Registra-se, portanto, melhoria.

Melhora também se verificou na quantidade de veículos com registrador instantâneo inalterável de velocidade de tempo (cronotacógrafo). Encontrou-se 12,79% dos veículos sem o equipamento, enquanto na fiscalização anterior, em março, essa mesma porcentagem chegou a 15,09%.

Os dados da última operação mostraram ainda que 92,66% dos alunos que solicitaram o benefício do transporte escolar foram atendidos. Este número cresceu em relação ao mês de março que, na fiscalização, registrou que 90,37% dos estudantes foram beneficiados, significando, também, melhoria.



A amostra da frota vistoriada transporta mais de 215 mil alunos da rede municipal de ensino. A partir das informações coletadas, foram elaborados 3 (três) tipos de relatórios. O comparativo, que apresenta as informações das duas últimas fiscalizações neste segmento; o relatório gerencial, com informações gerais da inspeção, e o segmentado por município, que aponta as irregularidades encontradas em cada cidade.

Todas as informações referentes às fiscalizações realizadas pelo TCE estão disponíveis por meio do infosite 'Fiscalizações Ordenadas', acessíveis pelo link [www.tce.sp.gov.br/ordenadas](http://www.tce.sp.gov.br/ordenadas).

## ➤ **Sumário das Atividades Administrativas**

**Como anexo deste Relatório segue sumário das atividades administrativas** desenvolvidas nas áreas deste Tribunal, **neste terceiro trimestre** bem como valores de planejamento e execução do orçamento.

Acompanha, em forma de tabelas, dados consolidados dos processos distribuídos e julgados, tanto pelos colegiados, quanto pelos julgadores, de forma singular.

Este, Senhor Presidente, o Relatório resumido das atividades desenvolvidas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no terceiro trimestre deste ano de 2019.

**ANTONIO ROQUE CITADINI  
PRESIDENTE**



## SUMÁRIO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS – Anexo ao Relatório do 3º Trimestre

### 1. MEMBROS DA DIREÇÃO: Presidente, Vice-Presidente e Corregedor

Empossados no dia 1º de fevereiro de 2019 para o mandato de um ano, permanecem como membros da Direção do Tribunal os Conselheiros ANTONIO ROQUE CITADINI, Presidente, EDGARD CAMARGO RODRIGUES, Vice-Presidente e CRISTIANA DE CASTRO MORAES, Corregedora.

No trimestre, o Tribunal Pleno e as Câmaras de Julgamento funcionaram com a seguinte composição:

#### TRIBUNAL PLENO:

Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI – PRESIDENTE**

Conselheiro **EDGARD CAMARGO RODRIGUES - VICE-PRESIDENTE**

Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES - CORREGEDORA**

Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA**

Conselheiro **ROBSON MARINHO**

Substituído, *neste trimestre*, pelos Auditores:

ANTONIO CARLOS DOS SANTOS (de 06/05/2019 a 03/08/2019)

ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS (a partir de 05/08/2019)

Conselheiro **DIMAS EDUARDO RAMALHO**

Conselheiro **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO**

#### PRIMEIRA CÂMARA:

Conselheiro **EDGARD CAMARGO RODRIGUES - PRESIDENTE**

Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES**

Conselheira **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO**

#### SEGUNDA CÂMARA:

Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA – PRESIDENTE**

Conselheiro **ROBSON MARINHO**

Substituído, *no trimestre*, pelos Auditores:

ANTONIO CARLOS DOS SANTOS (de 06/05/2019 a 03/08/2019)

ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS (a partir de 05/08/2019)

Conselheiro **DIMAS EDUARDO RAMALHO**

### 2. AUDITORES DO TRIBUNAL DE CONTAS

Conforme já explanado em relatórios anteriores, a Lei Complementar nº 979, de 8 de dezembro de 2005, criou no Quadro do Tribunal de Contas 7 (sete) cargos de Auditor do Tribunal de Contas, os quais têm, entre suas competências, a de substituir Conselheiros, em suas ausências e impedimentos por motivo de licença, férias ou outro afastamento legal (Art. 4º, inciso I da lei de criação).



### 3. DADOS CONSOLIDADOS DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS:

No 3º trimestre de 2019, foram distribuídos aos julgadores **6.413** processos físicos e eletrônicos, conforme classificação abaixo.

#### 3.1 FÍSICOS – quantidade de 508 processos:

Tabela 1 – Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Auditores)

MATÉRIA	Conselheiros	Auditores	Total Geral
ACOMPANHAMENTO DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	1	0	1
ADMISSÃO DE PESSOAL – CONCURSO PROCESSO SELETIVO	0	1	1
APARTADO DE PREFEITURA MUNICIPAL	0	2	2
CONTRATO	6	14	20
CONTRATO DE GESTÃO	0	3	3
IRREGULARIDADES	1	0	1
REPASSES PÚBLICOS TERCEIRO SETOR - ENTIDADE PRIVADA - CONVÊNIO	0	2	2
PRESTAÇÃO DE CONTAS – REPASSES TERCEIRO SETOR - ENTIDADE PRIVADA CONVÊNIO	19	3	22
PRESTAÇÃO DE CONTAS – REPASSES TERCEIRO SETOR – CONTRATO DE GESTÃO	25	3	28
PRESTAÇÃO DE CONTAS – REPASSES TERCEIRO SETOR – VALOR INFERIOR	4	2	6
PRESTAÇÃO DE CONTAS - REPASSES ÓRGÃOS PÚBLICOS – CONVENIO	17	17	34
RECURSO ORDINÁRIO	352	0	352
REPRESENTAÇÃO	4	0	4
RESCISÃO DE JULGADO	14	0	14
REVISÃO DE JULGADO	18	0	18
<b>Total Geral</b>	<b>461</b>	<b>47</b>	<b>508</b>



### 3.2 ELETRÔNICOS – quantidade de 5.905 processos:

Tabela 2 - Distribuição de Processos Eletrônicos (Conselheiros e Auditores)

MATÉRIA	GABINETE								Total Geral
	GCECR	GCRMC	GCCCM	GCDER	GCSEB	GCRRM	CA	GP	
Ações		1	2	2		2		7	14
Adiantamentos	12	12	11	9	11	11			66
Apartados							36		36
Atos de Pessoal	48	24	22	23	24	21	742		904
Balanço Geral do Exercício	5	6	5	5	5	6	6	1	39
Concurso Público	1	2	1	2	2	2			10
Contas de Prefeitura	11	17	11	10	18	19			86
Contas do Governador		2							2
Contratos	282	280	283	298	261	294	20	6	1.724
Controle de Prazos	7	7	7	6	7	7	10		51
EPE	97	95	88	96	96	96			568
Expedientes	72	60	57	59	49	67	31	108	503
Expedientes do Ministério Público	74	52	56	54	52	76	56	125	545
Expedientes do Poder Judiciário	24	15	14	23	13	17	7	47	160
Instrução de Representação								26	26
Recursos	71	57	65	82	74	79	23	180	631
Relatório de Fiscalização	1								1
Repasses Públicos	57	47	50	58	67	48	180	5	512
Representação	2	4	10	5		2		2	25
Tomada de Contas - Previdência							2		2
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>764</b>	<b>681</b>	<b>682</b>	<b>732</b>	<b>679</b>	<b>747</b>	<b>1113</b>	<b>507</b>	<b>5.905</b>

Tabela 3 - Total de Processos Distribuídos

PROCESSOS FÍSICOS DISTRIBUÍDOS:	PROCESSOS ELETRÔNICOS	TOTAL GERAL
<b>508</b>	<b>5.905</b>	<b>6.413</b>



## 4. DADOS CONSOLIDADOS DOS JULGAMENTOS

### 4.1 PELO TRIBUNAL PLENO

No 3º trimestre do presente exercício, foram realizadas **11 Sessões Ordinárias**. Nestas sessões, o Tribunal Pleno analisou **1.208 processos**, sendo:

- **733 processos**, devidamente inseridos nas pautas de julgamento, publicadas na Imprensa Oficial.
- **475 representações** em Sede de Exame Prévio de Edital.

Conforme já anteriormente esclarecido, o Tribunal, quando provocado, examina previamente editais de licitação lançados pelos órgãos jurisdicionados e pode determinar retificações.

No período, o Egrégio Plenário se reuniu em **3 Sessões** para tratar de assuntos internos de **natureza administrativa**.

### 4.2 PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS

As Câmaras do Tribunal de Contas reuniram-se **11 vezes** cada uma, em Sessões Ordinárias, sendo apreciados **1.036 processos pela Primeira Câmara** e **1.122 pela Segunda Câmara**, conforme decisões publicadas na Imprensa Oficial.

### 4.3 PELOS CONSELHEIROS EM DECISÕES SINGULARES

No 3º trimestre de 2019 foram proferidas **628 sentenças**. Mencionadas decisões monocráticas foram devidamente publicadas no Diário Oficial do Estado, em respeito às normas legais que regem a matéria.

### 4.4 PELO CORPO DE AUDITORES

O Corpo de Auditores é constituído por sete ocupantes do Cargo de Auditor, que foi criado pela Lei Complementar nº 979, de 8 de dezembro de 2005.

Entre outras competências previstas no Regimento Interno e Resoluções N°s 01/2012, 03/2012, 02/2013 e 09/2014, ressalta-se a substituição dos Senhores Conselheiros em suas ausências e impedimentos.

No 3º Trimestre de 2019, **1.719 autos** receberam julgamento por parte dos Senhores Auditores, enquanto **292** foram objeto de despacho de diferimento.

## 5. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL

### 5.1. SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG

Compete à Secretaria-Diretoria Geral a responsabilidade de supervisionar ações da fiscalização exercidas pelo Tribunal, bem como dar assistência às sessões do Tribunal Pleno e Câmaras, na conformidade do disposto nos Artigos 211 a 213, do Regimento Interno.



O Senhor Secretário-Diretor Geral, no trimestre, se manifestou em **1.936 processos**.

#### 5.1.1. Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4).

Os Setores de Pauta, Taquigrafia e Jurisprudência, subordinados à SDG, são responsáveis pela inclusão dos processos na Ordem do Dia, bem assim, pela publicação e acompanhamento das pautas de julgamento, com a elaboração dos serviços de taquigrafia que condensam todos os relatórios e discussões que precedem os julgamentos nas sessões, bem como pela elaboração de atas e notas taquigráficas.

Responsabilizam-se, também, pela pesquisa e elaboração de certidões e administração da relação de responsáveis por contas julgadas irregulares, disponibilizada à Justiça Eleitoral.

Considerando a 1ª Câmara, 2ª Câmara e o Tribunal Pleno, foram pautados, no período, **3.477 processos**, dos quais **304** resultaram em notas taquigráficas.

A seção de Jurisprudência, em cumprimento à Resolução CNJ 156/12, emitiu **1.945 certidões**, sendo **1.944** processadas em meio eletrônico, via Internet, e **01** emitida em meio físico.

#### 5.1.2. Departamentos de Supervisão e Fiscalização - DSF's I e II

Aos Departamentos de Supervisão e Fiscalização I e II, que respondem à SDG, estão afetas **10 Diretorias de Fiscalização (DF's)**, **01 Diretoria de Contas do Governador (DCG)** e **20 Unidades Regionais (UR's)**.

Considerando as áreas municipais e estaduais, foram instruídos **19.190 processos** por ambos os Departamentos de Supervisão e Fiscalização, tendo os dois, adicionalmente, realizado exames "in loco" na conformidade dos roteiros organizados internamente.

Tabela 4 - Processos Apreciados - DSFs

	DSF-I	DSF-II
Processos Físicos	935	1.784
Processos Eletrônicos	8.132	8.339
TOTAL	9.067	10.123

#### 5.1.2.1. Núcleo de Acompanhamento de Execução Contratual – NAEC

Criado pelo Ato GP nº 12/2014, e subordinado aos Departamentos de Supervisão da Fiscalização I e II, o NAEC é responsável pela verificação e avaliação da execução contratual em procedimentos de fiscalização de ajustes celebrados pelas Administração - Estadual e Municipal - para contratação de obras e serviços de engenharia.

No trimestre, dos ajustes já eleitos pelas Diretorias de Fiscalização e Unidades Regionais, por meio de sistema próprio, o NAEC selecionou para análise específica **44 novas contratações de obras e serviços de engenharia**, tendo, no mesmo período,





instruído **31 processos** da mesma natureza. No fim de setembro, o Núcleo registrou um total de **376 autos sob seu acompanhamento**.

### **5.1.3. Assessoria Técnico Jurídica – ATJ**

Área técnica, subordinada à Secretaria-Diretoria Geral, é responsável pela análise dos aspectos jurídicos, econômicos e de engenharia, em processos que lhe são assim determinados pelo Relator.

No trimestre, a Assessoria Técnico Jurídica exarou **6.642 manifestações** em processos que lhe foram submetidos.

### **5.1.4. Divisão de Auditoria Eletrônica – AUDESP**

A Divisão de Auditoria Eletrônica é a área responsável pelo gerenciamento, manutenção e desenvolvimento do Sistema AUDESP que coleta, por meio da tecnologia da informação, dados orçamentários, contábeis, financeiros, patrimoniais e operacionais das entidades jurisdicionadas. Este sistema permitiu maior agilidade nos trabalhos e a qualidade dos dados, e como consequência natural, elevou o grau de eficiência e eficácia desta Corte de Contas no cumprimento da sua missão constitucional de fiscalizar e controlar as contas públicas paulistas, em benefício da sociedade.

A Divisão de Auditoria Eletrônica também subsidia e apoia a ação fiscalizatória do Tribunal, por meio de indicadores e informações estratégicas que direcionam o planejamento da inspeção nos órgãos jurisdicionados.

No terceiro trimestre de 2019 a Divisão de Auditoria Eletrônica – Audesp efetuou **1.176 atendimentos** sobre questões referentes ao próprio Sistema AUDESP – Módulos I, II, III e IV, bem como ao IEGM – Índice de Efetividade da Gestão Municipal.

No período, também atuou em melhorias relacionados ao IEGM e em projetos como o Banco Referendo de Preços de Mercadorias. Como parte do trabalho de disseminação de conhecimento e orientação prestado aos jurisdicionados e público em geral, conduziu palestras e cursos relacionados às fases do Sistema Audesp atualmente em produção.

## **5.2. DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**

Departamento subordinado à Presidência e responsável pela atividade meio do TCESP (Área Administrativa). É composto por 02 Seções de Apoio Administrativo (DGA-1 e DGA-2) e 10 Diretorias.

O Diretor Geral de Administração, no trimestre, se manifestou em **1.082** processos.



## 5.2.1. Diretoria de Contabilidade e Finanças

Responsável pela execução orçamentária do Tribunal. Efetua o acompanhamento sistemático do orçamento aprovado por lei, com ênfase à receita e despesa realizadas, por período, apresentando relatórios à Presidência.

### 5.2.1.1. Planejamento e Orçamento

O Orçamento do Estado para o corrente exercício, aprovado pela Lei n.º 16.923 de 07 de janeiro de 2019, que “Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2019” foi elaborado em observância à Lei n.º 16.884, de 21 de Dezembro de 2019 que “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para 2019”.

A dotação para as despesas deste Tribunal foi fixada em **R\$ 957.242.638,00**, sendo **R\$ 957.242.626,00** para Despesas Correntes (inclusive Pessoal e Encargos) e **R\$12,00** para as Despesas de Capital.

O processo de execução do Orçamento do Estado é regulamentado pela Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964 e obedece às normas estabelecidas para o exercício, quais sejam, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei n.º 16.884/18), o Decreto n.º 64.078, de 21 de janeiro de 2019, que fixa normas para a Execução Orçamentária e Financeira do Exercício de 2019 e a Portaria Conjunta CAF-CO-001, de 22 de janeiro de 2019.

A Programação Orçamentária da Despesa do Estado - PODE é a constante do Anexo do Decreto de Execução Orçamentária e Financeira do exercício de 2019 (Decreto n.º 64.078/2019) e reflete as dotações orçamentárias aprovadas na Lei do Orçamento.

Com relação às alterações orçamentárias ocorridas até o presente momento, foram concedidas suplementações ao orçamento vigente, com recursos provenientes do excesso de arrecadação, incluindo a receita diferida, da Fonte 3 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa do TCE, devidamente confirmados pela Secretaria da Fazenda, no valor total de **R\$ 13.500.000,00**, através dos expedientes gerados no Sistema de Alterações Orçamentárias – SAO da Secretaria de Planejamento e Gestão, conforme a seguir:

- **Expediente SAO n.º 02001/2019-4-0001**, concluído em 15/02/2019, no valor total de **R\$5.400.000,00**, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 3 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa, confirmados na Informação CAF n.º 020030-1/2019, de 08/02/2019, na seguinte conformidade: **R\$2.400.000,00** na Ação 1.361 - Plano de Investimentos do TCE, sendo **R\$1.000.000,00** para Elaboração do projeto básico para a construção da Regional de Andradina e **R\$ 1.400.000,00** para aquisição de imóvel para a Sede da Regional de Ituverava – UR-17; e **R\$ 3.000.000,00** na Ação 4.821, Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária, para aquisição de



mobiliário para atender a demanda dos novos servidores, equipamentos de informática (firewalls) para segurança das informações do TCE e plataformas elevatórias para diversas regionais desse Tribunal de Contas.

Registra-se ainda, no trimestre, alterações orçamentárias referentes à antecipação de cotas entre elementos de despesa, conforme expediente abaixo especificado:

▪ **Expediente SAO nº 02001/2019-7-00003**, concluído em 25/02/2019, referente à antecipação de cotas entre elementos de despesa à conta da Fonte 1 – Tesouro do Estado nos termos da Lei 16.923, de 7 de janeiro de 2019, visando o pagamento de Pessoal, no valor total de **R\$ 3.400.000,00** na seguinte conformidade:

Tabela 5 - Expediente SAO nº 02001/2019-7-0003

Mês	Redução:
Dezembro/2019	R\$ 3.400.000,00
Mês	Suplementação:
Janeiro/2019	R\$ 1.700.000,00
Fevereiro/2019	R\$ 1.700.000,00

▪ **Expediente SAO n.º 02001/2019-4-0006**, concluído em 01/04/2019, no valor total de R\$ 1.000.000,00, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 3 - Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa, confirmados na Informação CAF nº 020030-1/2019, de 08/02/2019, na seguinte conformidade: **R\$ 1.000.000,00** na Ação 1.361 - Plano de Investimentos do TCE, destinados a contratação de empresa especializada para reforma do imóvel que abrigará a UR-20 (Santos).

▪ **Expediente SAO n.º 02001/2019-4-0008**, concluído em 18/04/2019, no valor total de R\$3.600.000,00, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 3 - Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa, confirmados na Informação CAF nº 020030-1/2019, de 08/02/2019, na seguinte conformidade: **R\$ 3.600.000,00** na Ação 1.361 - Plano de Investimentos do TCE, destinados a contratação de empresa especializada na modernização de 5 elevadores do prédio sede.

▪ **Expediente SAO n.º 02001/2019-4-0011**, concluído em 23/05/2019, no valor total de R\$ 1.000.000,00, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 3 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa, confirmados na Informação CAF nº 020030-4/2019, de 12/04/2019, na seguinte conformidade: **R\$ 1.000.000,00** na Ação 1.361 – Plano de Investimentos do TCE, destinados à contratação de empresa especializada na elaboração de projeto básico para a construção de imóvel que abrigará a UR-15 (Andradina).

▪ **Expediente SAO n.º 02001/2019-4-0015**, concluído em 19/06/2019, no valor total de R\$ 2.000.000,00, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 3 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa, confirmados na Informação CAF nº 020030-4/2019, de 12/04/2019, na seguinte conformidade: **R\$ 2.000.000,00** na



Ação 4.821 – Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária, destinados a atender despesas com o fornecimento de 2000 monitores de 21,5 polegadas, incluindo suporte e garantia de 12 meses na modalidade “on-site” (SEI 3923/2019-31).

- **Expediente SAO n.º 0200112019-4-0017**, concluído em 27/08/2019, no valor total de R\$500.000,00, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 3 - Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa, confirmados na informação CAF n.º 020030-412019, de 12/04/2019, na seguinte conformidade: **R\$ 500.000,00** na Ação 4.821 - Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária, destinados a atender despesas do grupo 4 investimentos, para a contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamentos destinados a modernização dos auditórios, bem como mobiliários para as Unidades Regionais Ituverava (UR-17), Santos (UR-20) e para estoque da Diretoria de Materiais.

Mediante a publicação do Decreto n.º 64.151, de 22 de março de 2019 e n.º 64.257, de 29 de maio de 2019, foram transferidos para a Secretaria da Fazenda, recursos orçamentários do Tribunal de Contas, no valor de **R\$ 75.534,00** e **R\$ 100.141,00**, respectivamente, à conta da Fonte 1-Tesouro, visando a cobertura de despesas correntes para o atendimento dos serviços de apoio educacional e operacional – Creche, conforme Termo de Cooperação Mutua celebrado entre o Governo do Estado e o Tribunal de Contas do Estado nos termos do expediente SAO n.º n.º 2001/2019-1-00004 e 2001/2019-1-00009 apensado no expediente da Secretaria da Fazenda no SAO n.º 20006/2019-1-00002 e 200007/2019-1-00009, respectivamente.

Os quadros a seguir demonstram a Programação Inicial dos recursos destinados ao Tribunal de Contas, no Orçamento do Estado para 2019, em seguida a Execução Orçamentária, detalhando as alterações mensais na programação inicial, bem como os valores Empenhados e Realizados até o mês de março do corrente exercício.



Tabela 6 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2019 – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	71.388.137	7.727.316	622.825	-	8.350.141	79.738.278
Fevereiro	71.388.137	7.727.316	622.825	-	8.350.141	79.738.278
Março	71.388.137	7.727.316	622.825	-	8.350.141	79.738.278
Abril	71.388.137	7.727.316	622.825	-	8.350.141	79.738.278
Maiο	71.388.137	7.727.316	622.825	-	8.350.141	79.738.278
Junho	71.388.137	7.727.316	622.825	-	8.350.141	79.738.278
Julho	71.388.137	7.727.316	622.825	-	8.350.141	79.738.278
Agosto	71.388.137	7.727.316	622.825	-	8.350.141	79.738.278
Setembro	71.388.137	7.727.316	622.825	-	8.350.141	79.738.278
Outubro	71.388.137	7.727.316	622.825	-	8.350.141	79.738.278
Novembro	71.388.137	7.727.316	622.825	-	8.350.141	79.738.278
Dezembro	71.731.000	7.764.720	625.848	-	8.390.568	80.121.568
<b>TOTAL</b>	<b>857.000.507</b>	<b>92.765.196</b>	<b>7.476.923</b>	<b>-</b>	<b>100.242.119</b>	<b>957.242.626</b>

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 7 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2019 – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL GERAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	CORRENTES+CAPITAL
Janeiro	0	0	-	0	79.738.278
Fevereiro	0	0	-	0	79.738.278
Março	0	0	-	0	79.738.278
Abril	0	0	-	0	79.738.278
Maiο	0	0	-	0	79.738.278
Junho	0	0	-	0	79.738.278
Julho	0	0	-	0	79.738.278
Agosto	0	0	-	0	79.738.278
Setembro	0	0	-	0	79.738.278
Outubro	0	0	-	0	79.738.278
Novembro	0	0	-	0	79.738.278
Dezembro	0	12	-	12	80.121.580
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>12</b>	<b>-</b>	<b>12</b>	<b>957.242.638</b>

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais



Tabela 8 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2019 - Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	73.088.137	7.727.316	622.825	-	8.350.141	81.438.278
Fevereiro	73.088.137	7.651.782	622.825	-	8.274.607	81.362.744
Março	71.388.137	7.727.316	622.825	-	8.350.141	79.738.278
Abril	71.388.137	7.727.316	622.825	-	8.350.141	79.738.278
Maio	71.388.137	7.627.175	622.825	-	8.250.000	79.738.278
Junho	71.388.137	7.727.316	622.825	-	8.350.141	79.738.278
Julho	71.388.137	7.727.316	622.825	-	8.350.141	79.738.278
Agosto	71.388.137	7.727.316	622.825	-	8.350.141	79.738.278
Setembro	71.388.137	7.727.316	622.825	-	8.350.141	79.738.278
Outubro	71.388.137	7.727.316	622.825	-	8.350.141	79.738.278
Novembro	71.388.137	7.727.316	622.825	-	8.350.141	79.738.278
Dezembro	68.331.000	7.764.720	625.848	-	8.390.568	76.721.568
<b>TOTAL</b>	<b>857.000.507</b>	<b>92.589.521</b>	<b>7.476.923</b>	-	<b>100.066.444</b>	<b>957.066.951</b>

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 9 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2019 - Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	TOTAL	TOTAL
				CAPITAL	CORRENTES+CAPITAL
Janeiro	0	0	-	0	81.438.278
Fevereiro	0	5.400.000	-	5.400.000	86.762.744
Março	0	0	-	0	79.738.278
Abril	0	4.600.000	-	4.600.000	84.338.278
Maio	0	3.000.000	-	3.000.000	82.638.137
Junho	0	0	-	0	79.738.278
Julho	0	0	-	0	79.738.278
Agosto	0	500.000	-	500.000	80.238.278
Setembro	0	0	-	0	79.738.278
Outubro	0	0	-	0	79.738.278
Novembro	0	0	-	0	79.738.278
Dezembro	0	12	-	12	76.721.580
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>13.000.012</b>	-	<b>13.000.012</b>	<b>970.566.963</b>

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEX



Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2019 – Empenhado – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	73.088.057,05	18.180.269,82	297.840,63	-	18.478.110,45	91.566.167,50
Fevereiro	70.311.812,76	21.393.988,89	59.084,16	-	21.453.073,05	91.764.885,81
Março	73.229.942,21	7.691.129,60	279.999,50	-	7.971.129,10	81.201.071,31
Abril	71.633.514,99	3.123.010,98	692.443,92	-	3.815.454,90	75.448.969,89
Maiο	67.048.668,81	6.152.338,28	45.538,67	-	6.197.876,95	73.246.545,76
Junho	71.874.250,37	5.607.558,94	42.037,11	-	5.649.596,06	77.523.846,42
Julho	71.435.027,79	6.644.757,73	32.217,71	-	6.676.975,44	78.112.003,23
Agosto	73.039.297,80	4.443.590,02	50.619,83	-	4.494.209,85	77.533.507,66
Setembro	76.465.619,84	(284.721,38)	387.680,13	-	102.958,75	76.568.578,59
<b>TOTAL</b>	<b>648.126.191,62</b>	<b>72.951.922,88</b>	<b>1.887.461,66</b>	-	<b>74.839.384,55</b>	<b>722.965.576,17</b>

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 11 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2019 – Empenhado – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	CORRENTES+CAPITAL
Janeiro	-	-	-	-	91.566.167,50
Fevereiro	-	147.833,17	-	147.833,17	91.912.718,98
Março	-	6.880,00	-	6.880,00	81.207.951,31
Abril	-	934.326,96	-	934.326,96	76.383.296,85
Maiο	-	1.407.660,00	-	1.407.660,00	74.654.205,76
Junho	-	1.124.306,22	-	1.124.306,22	78.648.152,61
Julho	-	38.788,60	-	38.788,60	78.150.791,83
Agosto	-	67.007,45	-	67.007,45	77.600.515,10
Setembro	-	47.424,15	-	47.242,15	76.616.002,74
<b>TOTAL</b>	-	<b>3.774.226,55</b>	-	<b>3.774.226,55</b>	<b>726.739.802,68</b>

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEX



Tabela 12 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2019 – Realizado – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	73.088.057,05	4.899.099,90	32.403,35	-	4.931.503,25	78.019.560,30
Fevereiro	70.311.812,76	5.324.798,61	271.833,96	-	5.596.632,57	75.908.445,33
Março	73.229.942,21	5.909.487,10	216.001,42	-	6.125.488,52	79.355.430,73
Abril	71.155.504,15	4.843.746,28	71.918,24	-	4.915.664,52	76.071.168,67
Maiο	66.979.615,53	6.404.477,15	46.897,61	-	6.451.374,76	73.430.990,29
Junho	71.933.920,80	7.779.756,64	68.083,53	-	7.847.840,17	79.781.760,97
Julho	71.510.046,88	7.859.962,75	50.166,65	-	7.910.129,40	79.420.176,28
Agosto	72.587.911,16	6.497.300,15	40.921,25	-	6.538.221,40	79.126.132,56
Setembro	76.455.649,72	6.578.193,15	62.625,62	-	6.640.818,77	83.096.468,49
<b>TOTAL</b>	<b>647.252.460,26</b>	<b>56.096.821,73</b>	<b>860.851,63</b>	-	<b>56.957.673,36</b>	<b>704.210.133,62</b>

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 13 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2019 – Realizado – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	CORRENTES+CAPITAL
Janeiro	-	-	-	-	78.019.560,30
Fevereiro	-	-	-	-	75.908.445,33
Março	-	-	-	-	79.355.430,73
Abril	-	37.396,00	-	37.396,00	76.108.564,67
Maiο	-	1.397.091,99	-	1.397.091,99	74.828.082,28
Junho	-	123.592,88	-	123.592,88	79.905.353,85
Julho	-	142.530,00	-	142.530,00	79.562.706,28
Agosto	-	-	-	-	79.126.132,56
Setembro	-	333.954,22	-	333.954,22	83.430.422,71
<b>TOTAL</b>	-	<b>2.034.565,09</b>	-	<b>2.034.565,09</b>	<b>706.244.698,71</b>

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 - Tesouro do Estado

Fonte 3 - Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 - Recursos Vinculados Federais – PROMOEX





Em cumprimento ao disposto no artigo 170, parágrafo 2º, da Constituição do Estado de São Paulo, o Balancete Bimestral da Execução Orçamentária do Tribunal de Contas, referente ao 1º bimestre, 2º, 3º e 4º bimestres foram publicados no Diário Oficial do Estado dos dias 3 de abril, 30 de maio, 1º de agosto e 1º de outubro de 2019.

### 5.3. DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Subordinado à Presidência e composto pela Seção Técnica de Gestão e Relacionamento - DTI-1; Seção Técnica de Segurança da Informação - DTI-2; Divisão de Sistemas – DSIS; e Divisão de Tecnologia – DTEC, presta assessoria na área de Informática sendo responsável pela análise e acompanhamento de todas as atividades voltadas à tecnologia da informação, como testes de segurança de sistemas; homologação de softwares; operação e monitoramento de sistemas; implementação de novas soluções de tecnologia; gerencia a plataforma de envio e recebimento de e-mails corporativos e guarda, manutenção e distribuição de equipamentos.

No trimestre, o Departamento de Tecnologia da Informação aperfeiçou as soluções tecnológicas já reportadas no primeiro e segundo trimestres, como o Visor e o Painel de Obras Paralisadas e Atrasadas, incorporando, ainda, atualizações ao Portal do Controle Externo, utilizado pelas equipes de fiscalização.

O Departamento também atuou no desenvolvimento do Observatório Fiscal, um portal eletrônico que, conforme já informado, exibe de forma simples e objetiva os dados das receitas e despesas do Governo do Estado e de cada Município paulista, com exceção do da Capital.

Ademais, conduziu reuniões e treinamentos diversos, apoiando o Comitê Estratégico, AUDESP e as demais áreas da Casa, prestando ainda todo o suporte tecnológico às Fiscalizações Ordenadas realizadas pelo TCE no trimestre.

Com relação ao serviço de atendimento ao usuário, o DTI realizou **7.322 atendimentos telefônicos**, sendo **5.787 para usuários internos e 1.535 para usuários externos**, realizando, ainda, **121 atendimentos** via WebChat.

### 5.4. GTP – GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA

Subordinado à Presidência, é responsável pelo Assessoramento no exame preliminar dos pressupostos de recursos, ações de rescisão e revisão, representações e expedientes diversos. Atua na área do contencioso, representando o Tribunal de Contas nos feitos judiciais.

O GTP, no terceiro trimestre, manifestou-se em **1.654 processos e expedientes físicos e eletrônicos**, compreendendo a análise da admissibilidade de consultas, recursos diversos, ações de revisão e rescisão de julgado, bem como a verificação e respectivo



encaminhamento de informações encaminhadas por órgãos públicos, comunicações de irregularidades, representações, matérias relacionadas a pessoal e licitações processadas por este Tribunal.

O Contencioso-GTP prestou informações à Procuradoria Geral do Estado em **43 processos e expedientes físicos**. Além disso, o setor procedeu ao acompanhamento de **719 ações** em que este Tribunal é parte (polo passivo) e de **79 processos judiciais** em que o TCE se encontra no polo ativo, promovendo manifestações sempre que oportuno.

Ao GTP também se encontra vinculada a **Escola Paulista de Contas Públicas** que, no trimestre, realizou **71 eventos**, dentre reuniões, cursos internos e externos. Merecem destaque os seguintes:

- **Equilíbrio Econômico Financeiro em Contratos Administrativos – O caso ARTESP x Concessionárias.**
- **Jornada do Desenvolvimento;**
- **Licitações: Novidades Legislativas e Desafios para Controle Externo;**
- **Controle de Pavimentação Asfáltica e Prestação de Contas.**
- **Semana Jurídica do TCE-SP:**

A abertura foi feita pelo Vice-Presidente, Conselheiro *EDGAR CAMARGO RODRIGUES* e contou com a palestra da Deputada Estadual, Janaína Paschoal, sob o tema ‘O Público e o Privado’.

A palestra ‘Nova Lei de Licitações – Principais propostas de alteração no Congresso Nacional’, proferida pelo Deputado Augusto Coutinho abriu o segundo dia de atividades. No período vespertino do mesmo dia, a Assessora de Controle Externo do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP), Christianne de Carvalho Stroppa, e a Professora-Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Direito Político e Econômico da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Irene Patrícia Nohara, apresentaram o tema ‘Possíveis alterações na Lei de Licitações e repercussões práticas’.

Na quarta-feira, 14/08, o Professor Titular de Direito da USP, Fernando Dias Menezes de Almeida, abordou o tema ‘Lei nº 13.709/2018 – Responsabilização do Poder Público pelo tratamento dos dados’. Em seguida, o Professor Titular de Direito Administrativo da USP, Floriano de Azevedo Marques Neto ministrou a palestra sobre a ‘Lei nº 13.655/2018 (Lei da Segurança para a Inovação Pública)’.

A palestra ‘Moeda e Gastos Públicos’ abriu as atividades do quarto dia do evento e foi apresentada pelo Economista e PhD pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT), André Lara Resende. Posteriormente, o Advogado Criminalista e Professor de Direito Penal da USP, David Teixeira de Azevedo, apresentou a palestra ‘Limites jurídico-democráticos ao combate à corrupção’.

O encerramento foi feito pelo Presidente *ANTONIO ROQUE CITADINI*, e ocorreu na sexta-feira, 16/08. Teve como expositor o Ministro do Supremo Tribunal Federal (2004-2010), Eros Roberto Grau que tratou do tema: ‘Distinção entre Lei e Justiça’.



A Biblioteca do TCESP – subordinada à EPCP – realizou 2.584 atendimentos realizados, sendo 1.055 através do Sistema Online Sophia e 1.529 presenciais.

Tabela 14 - Atividades da EPCP - 3º Trimestre

3º Trimestre – 2019	Quantidade De Eventos	Nº de Participantes	Acessos “on-line”
Reuniões Pedagógicas	47	361	1
Cursos/Eventos Nas dependências da EPCP e/ou Auditórios TCESP	13	2.508	3.878
Cursos/Eventos Em outras dependências ou Instituições	10	1.364	-
Cursos de Curta Duração – Externos	1	1	-
<b>TOTAL</b>	<b>71</b>	<b>4.234</b>	

## 5.5. CENTRO DE GESTÃO DO E-TCESP

Instituído pelo Ato GP nº 11/2012, o Centro de Gestão do e-TCESP é responsável, dentre outras incumbências, pelo planejamento, organização, coordenação, aperfeiçoamento e controle das atividades voltadas ao desenvolvimento do Sistema de Processo Eletrônico da Corte.

No trimestre, o quadro geral das atividades conduzidas pelo Centro de Gestão do e-TCESP apresenta os seguintes números consolidados:

Tabela 15 – Atividades do Centro de Gestão do e-TCESP no 3º trimestre.

	Descrição	Julho	Agosto	Setembro	Total
<b>Atendimentos</b>	Telefone	589	939	459	<b>1.987</b>
	Fale Conosco	842	935	1.333	<b>3.110</b>
	“Web”	373	383	318	<b>1.074</b>
	Telefone	41	19	23	<b>83</b>
	E-mail	32	30	16	<b>78</b>
	Outros	395	379	441	<b>1.215</b>
<b>Cópias Digitais (CDs) – Íntegras de Processos</b>		139	165	228	<b>532</b>
<b>Cadastros</b>	Advogados	156	173	191	<b>520</b>
	Partes	639	642	982	<b>2.261</b>
	Órgãos	11	19	19	<b>49</b>
	Participação <b>PILOTO</b> <sup>1</sup>	0	3	1	<b>4</b>
	Processos Cadastrados <b>PILOTO</b>	3	12	13	<b>28</b>
	Liberação do <b>PILOTO</b> para Produção	0	1	2	<b>3</b>

<sup>1</sup> Participação Piloto: participação realizada pelos órgãos jurisdicionados, em caráter de teste, para atuação direta de contratos pela própria parte, eletronicamente, sem necessidade de remessa de mídia digital ao TCE.



Em relação às atividades sistêmicas, voltadas ao desenvolvimento, evolução e manutenção do e-TCESP, destacam-se:

- Estudo, modelagem e desenvolvimento de nova área de protocolo geral para otimização do fluxo de entrada de processos no GP;
- Estudo, modelagem e desenvolvimento de funcionalidade para permitir vincular um recurso a mais de um processo;
- Estudo, modelagem e desenvolvimento de fluxo de sustentação oral no sistema;
- Evolução do sistema de gerenciamento de perfis e habilitações de servidores no e-TCESP;
- Criação de novo tipo de documento: Parecer – com visibilidade pública automática no dia seguinte à sua inclusão;
- Registro de histórico de substituições de Conselheiros;
- Novas variáveis de datas para buscas parametrizadas: semana, quinzena, bimestre, trimestre, semestre
- Permitir invalidar uma movimentação e bloquear os respectivos arquivos
- Ajustes referentes à renovação do contrato com a Lacuna (assinador online);
- Estudo e desenvolvimento de novo módulo de estatísticas;
- Cadastro e inclusão nos processos de “Relatórios de Fiscalização” dos respectivos responsáveis pelas Secretarias e UGEs correspondentes, a partir dos dados do SISCOE.

Compete também ao Centro de Gestão do e-TCESP prestar atendimento aos usuários internos e externos, orientando-os quanto às formas de acesso ao sistema e seu manuseio. Neste sentido, o Centro de Gestão participou, no trimestre, dos seguintes eventos:

**Tabela 16 - Cursos, Palestras e Apresentações com participação do e-TCESP**

CURSOS, PALESTRAS, APRESENTAÇÕES e outros						
Data do evento	Local	Tipo de Público	Participantes	Presentes	OnLine	Nome do evento/reunião
08/08	Presidência	Interno	Presidência, DE, eTCESP	07	0	Protocolo Eletrônico
08/08	SDG-3	Interno	Servidores da Pauta e eTCESP	8	0	Entrevista de Feedback
09/08	SDG-1	Interno	Servidores da Taquigrafia e eTCESP	17	0	Entrevista de Feedback
13/08	MPC	Interno	Procurador Geral e eTCESP	4	0	Distribuição interna de processos utilizando as funcionalidades do eTCESP (novos parâmetros)
20/08	Sala de Reuniões eTCESP	Interno	Servidores DF-3, DF-9, DSIS e eTCESP	06	0	Integração do eTCESP com SISCOE
09/09	DTI	Interno	DSIS, DTEC e eTCESP	05		Renovação contrato LACUNA

## 5.6. OUVIDORIA

Instituída pela Resolução nº 03/2015 – DOE 12/03/2015 – realizou **1.366 atendimentos** neste Trimestre.

A Ouvidoria também é responsável pelo **Serviço de Informação ao Cidadão SIC**, que, no período, atendeu **96 pedidos** de informações. Abaixo quadro resumo dos atendimentos realizados:

### Portal WEB



Ouvidoria

**812**  
Solicitações

### WhatsApp



**282**  
Solicitações

### Presencial



**9**  
Solicitações

### 0800



**167**  
Solicitações

### e-SIC



**96**  
Solicitações

Registra-se ainda o total de **5.840** solicitações de suporte efetuadas por cidadãos e jurisdicionados por meio do Portal da Ouvidoria. Estas solicitações foram devidamente encaminhadas às áreas técnicas da Corte, responsáveis por tais atendimentos.

## 5.7. COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Compete à Coordenadoria de Comunicação Social do TCESP desenvolver ações de comunicação que valorizem a missão constitucional do TCESP. A unidade, também subordinada à Presidência, é encarregada de produzir as informações necessárias à divulgação pública das decisões do TCESP e iniciativas institucionais.

No 3º trimestre, foram produzidas pela CCS:

- **163 matérias** noticiando julgamentos de processos (envolvendo decisões das Câmaras e do Pleno) e institucionais (sobre agenda, seminários, cursos, artigos e eventos internos e externos);
- **63 edições** de notícias públicas no Diário Oficial do Estado;
- **12 edições** da Newsletter “Notícias do Plenário”, com periodicidade semanal, contendo as principais notícias e links das decisões/julgamentos das Câmaras e Tribunal Pleno.

A tabela a seguir apresenta os principais dados relativos às Redes Sociais em que o TCE-SP se faz presente:



13.765 curtidas de página e 14.132 seguidores desde a abertura da conta oficial do TCESP no Facebook em 2013.



7.137 tweets (mensagens encaminhadas) desde 2009 (abertura da conta oficial do TCESP no Twitter) e 4.454 seguidores.



3.190 inscritos desde a abertura da conta oficial do TCESP no YouTube em 2013 e 195.137 visualizações totais.

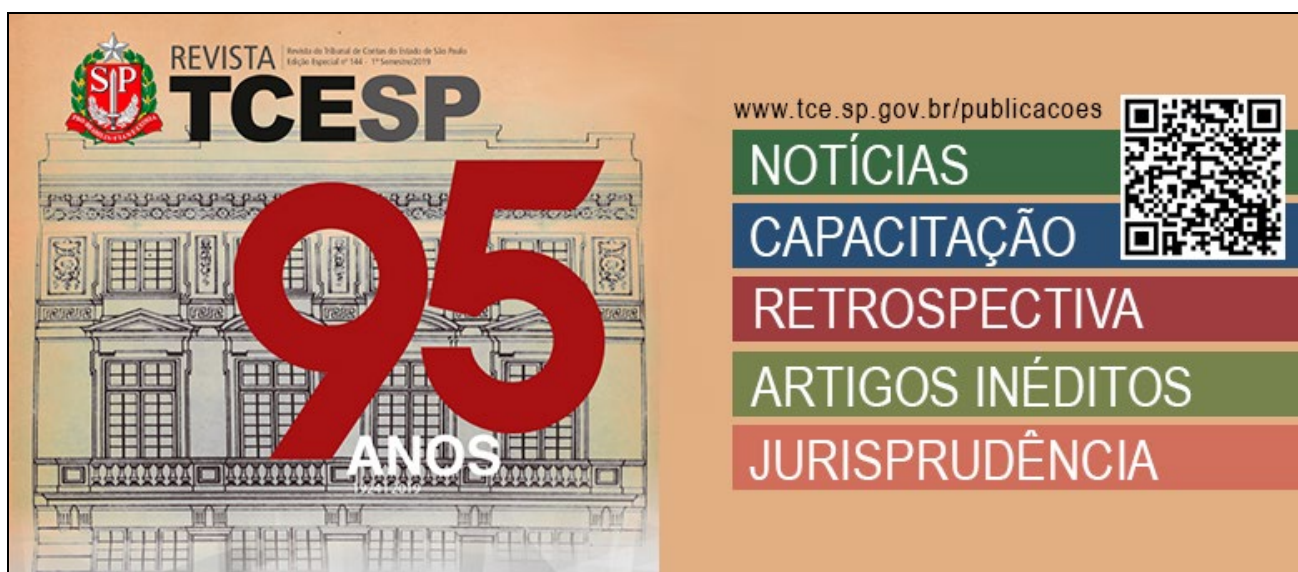


13.951 fotos postadas desde abertura da conta oficial do TCESP no Flickr em 2015.

## 5.8. REVISTA DO TCE

Elaborada sob a orientação e responsabilidade da Vice-Presidência, o TCE lançou no trimestre a 144ª edição da Revista do TCE, tratando, dentre outras matérias, do Mapa Virtual de Obras Paradas e Atrasadas, bem como dos alertas encaminhadas aos gestores sobre o descumprimento da LRF.

A edição, alusiva aos 95 anos de existência desta Corte de Contas, apresenta também as principais atividades conduzidas pelo TCE no primeiro semestre de 2019, trazendo, ainda, a íntegra de votos e jurisprudências que foram destaque durante as sessões de julgamento.





## 5.9. ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Polícia Militar do Estado de São Paulo atua junto ao TCE pela presença da unidade APMTCE - Assessoria Policial Militar do Tribunal de Contas do Estado, que, além das funções próprias de assessoramento, executa ações de segurança pública e atendimento à população através do posto policial instalado nas dependências da Corte.

## 5.10. CERIMONIAL

Compete ao Cerimonial acompanhar a agenda da Sr. Presidente (e Conselheiros, quando solicitado), participando da elaboração de roteiros relacionados a visitas externas, eventos e viagens de caráter institucional. Atua, ainda, na recepção de autoridades que visitam o TCESP.

No 3º trimestre de 2019, o Cerimonial se fez presente em **10 eventos internos, 8 eventos externos, além de atuado em 4 audiências internas.**

## 6. COMUNICADOS EXPEDIDOS

Objetivando difundir novas ações, procedimentos e demais informações afetas às ações fiscalizatórias desta Corte, o Tribunal de Contas do Estado exarou comunicados destinados aos jurisdicionados e ao público em geral, que seguem abaixo e podem ser acessados na página do TCESP, no seguinte endereço:

<http://www4.tce.sp.gov.br/comunicados>

Tabela 17 – Comunicados expedidos pelo GP

COMUNICADOS GP			
Área	Comunicado	Título	D.O.E.
GP	50/2019	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 25/09/19	26/09/19
GP	49/2019	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 18/09/19	19/09/19
GP	48/2019	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 11/09/19	12/09/19
GP	47/2019	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 04/09/19	05/09/19
GP	46/2019	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 28/08/19	29/08/19
GP	45/2019	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 21/08/19	22/08/19



<b>COMUNICADOS GP</b>			
<b>Área</b>	<b>Comunicado</b>	<b>Título</b>	<b>D.O.E.</b>
<b>GP</b>	<b>44/2019</b>	RESULTADO DA ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – 3º BIMESTRE – LRF – PODER EXECUTIVO – MUNICÍPIOS JURISDICIONADOS	<b>20/08/19</b>
<b>GP</b>	<b>43/2019</b>	RESULTADO DA ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – 3º BIMESTRE – PODER EXECUTIVO ESTADUAL	<b>23/08/19</b>
<b>GP</b>	<b>42/2019</b>	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 07/08/19	<b>08/08/19</b>
<b>GP</b>	<b>41/2019</b>	MUNICÍPIOS SEM ALERTA – SISTEMA AUDESTP: RESULTADO DO 3º BIMESTRE	<b>07/08/19</b>
<b>GP</b>	<b>40/2019</b>	CÂMARAS MUNICIPAIS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA QUE DEIXARAM DE ENVIAR O BALANCETE CONTÁBIL – SISTEMA AUDESP: RESULTADO DO 3º BIMESTRE	<b>07/08/19</b>
<b>GP</b>	<b>39/2019</b>	MUNICÍPIOS QUE DEIXARAM DE ENVIAR O BALANCETE CONTÁBIL - SISTEMA AUDESP: RESULTADO DO 3º BIMESTRE	<b>07/08/19</b>
<b>GP</b>	<b>38/2019</b>	SISTEMA AUDESP – 3º BIMESTRE 2019 ALERTA AOS PREFEITOS – LC 101/00 (LRF)	<b>07/08/19</b>
<b>GP</b>	<b>37/2019</b>	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 31/07/2019	<b>01/08/19</b>
<b>GP</b>	<b>36/2019</b>	RELATÓRIO DE ATIVIDADES – 1º TRIMESTRE	<b>27/07/19</b>
<b>GP</b>	<b>35/2019</b>	ÓRGÃOS CONTRATANTES – ESTADUAIS E MUNICIPAIS – QUE NÃO ATUALIZARAM AS INFORMAÇÕES DE OBRAS ATÉ 30/06/2019	<b>25/07/19</b>
<b>GP</b>	<b>34/2019</b>	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 24/07/2019	<b>24/07/19</b>
<b>GP</b>	<b>33/2019</b>	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 17/07/2019	<b>18/07/19</b>
<b>GP</b>	<b>32/2019</b>	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 03/07/2019	<b>04/07/19</b>





Tabela 18 – Comunicados expedidos pela SDG

<b>COMUNICADOS SDG</b>			
<b>Área</b>	<b>Comunicado</b>	<b>Título</b>	<b>D.O.E.</b>
<b>SDG</b>	<b>29/2019</b>	Atualização dos dados sobre Obras Paralisadas e/ou Atrasadas	<b>17/09/19</b>
<b>SDG</b>	<b>28/2019</b>	Informações sobre Resíduos Sólidos	<b>17/09/19</b>
<b>SDG</b>	<b>27/2019</b>	Relação de órgãos ou entidades impedidas de novos recebimentos	<b>04/09/19</b>
<b>SDG</b>	<b>26/2019</b>	Relação de órgãos ou entidades impedidas de novos recebimentos	<b>06/08/19</b>
<b>SDG</b>	<b>25/2019</b>	Alterações nas áreas de fiscalização	<b>26/07/19</b>
<b>SDG</b>	<b>24/2019</b>	Remanejamentos na área de atuação das Diretorias de Fiscalização	<b>06/07/19</b>
<b>SDG</b>	<b>23/2019</b>	Processos julgados no 2º Trimestre - Multas, Restituições e Encaminhamentos	<b>04/07/19</b>
<b>SDG</b>	<b>22/2019</b>	Processos julgados no 2º Trimestre	<b>04/07/19</b>
<b>SDG</b>	<b>21/2019</b>	Relação de órgãos ou entidades impedidas de novos recebimentos	<b>03/07/19</b>



# **TCE**SP

**Tribunal de Contas**  
do Estado de São Paulo

2019